A PEDAGOGIA KANTIANA: O SUJEITO MORAL COMO FOCO DA EDUCAÇÃO

KANT PEDAGOGY: THE MORAL SUBJECT AS FOCUS OF EDUCATION

LA PEDAGOGÍA KANTIANA: EL SUJETO MORAL COMO FOCO DE LA EDUCACIÓN

Samira da Silva Cerqueira[a], Marcos Sidnei Pagotto-Euzebio[b]

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo fazer uma breve análise acerca do sujeito moral como parte central da educação segundo Kant. Para o filósofo alemão, a educação está intimamente relacionada com a moral, haja vista que o homem não nasce com ela em si, todavia, torna-se moral através da educação, mas, para um maior entendimento dessas questões é, antes de tudo, necessária uma breve exposição sobre o período histórico-cultural em que viveu Kant, o Iluminismo. Dessa forma, o principal papel da educação é aguçar no aluno a faculdade do juízo, junto à prática de uma pedagogia fundamentada no imperativo categórico que, através da razão crítica, coaduna a esfera do particular com o geral numa mesma disposição, sem esquecer o fato de que a razão não deve dispensar um forte exame sobre seus limites e possibilidades, tendo em vista a preocupação de Kant com o que se refere às fronteiras da própria razão, questão fundamental no período maduro de sua filosofia.

Palavras-chave: Immanuel Kant. Filosofia da Educação. Filosofia. Iluminismo

[a] Professora na rede pública de ETEC's, Mestranda em Filosofia da Educação na FEUSP, Graduanda em Filosofia na FFLCH – USP, Bolsista CAPES, samiracerqueira@usp.br

[b] Possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1995), mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (2000) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é professor doutor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, hipias@usp.br

ABSTRACT

The aim of the present study is to make a brief analysis of the moral subject as the central part of education according to Kant. For the German philosopher, education is closely related to morality, since men are not born moral, but rather become so through education. However, for a better understanding of such questions, it is first necessary to briefly expose the historical and cultural period in which Kant lived, that is, the Enlightenment. Thus, the main role of education is to sharpen students' faculty of judgement along with a pedadogical practice based on the categorical imperative which, through critical reason, combines the sphere of the particular with the general in the same disposition. Another important point is that reason must include a strong critique of its limits and possibilities, given Kant's concern with the boundaries of reason itself, a fundamental question in the philosopher's mature writings.

Keywords: Immanuel Kant. Philosophy of Education. Philosophy. Enlightenment.

RESUMEM

El presente estudio tiene como objetivo hacer un breve análisis acerca del sujeto moral como parte central de la educación según Kant. Para el filósofo alemán, la educación está íntimamente relacionada con la moral, teniendo en cuenta que el hombre no nace con ella en sí, sin embargo, se vuelve moral a través de la educación, pero para un mayor entendimiento de estas cuestiones es, ante todo, necesaria una breve exposición sobre el período histórico-cultural en que vivió Kant, la Ilustración.

Por tanto, el principal papel de la educación es aguzar en el alumno la facultad del juicio, junto con la práctica de una pedagogía fundamentada en el imperativo categórico que, a través de la razón crítica, coaduna la esfera de lo particular con lo general en una misma disposición, todo, sin olvidar el hecho de que la razón no debe dispensar un fuerte examen sobre sus límites y posibilidades, teniendo en cuenta la preocupación de Kant con lo que se refiere a las fronteras de la propia razón, cuestión fundamental en el período maduro de su filosofía.

Palabras clave: Immanuel Kant. Filosofía de la educación. Filosofía. Ilustración

Data de submissão 29/10/2018

Data de aprovação 18/11/2018

https://doi.org/10.5216/rpp.v16i2.55601

Vida e obra

Antes de adentrarmos as questões da pedagogia kantiana, vamos primeiramente a um breve quadro da vida e da obra do filósofo.

Immanuel Kant nasceu em Königsberg, na Prússia Oriental, no dia 22 de abril de 1724. Viveu uma vida modesta e devota ao luteranismo. Estudou no "Colégio Fredericianum" antes de ir para a "Universidade de Königsberg, em 1740, onde se tornará livre-docente conferencista associado em 1755, quando doutorou-se em filosofia, estudando também física e matemática, além de lecionar Ciências Naturais.

Em 1770 assume a Cátedra de Lógica e Metafísica na Universidade de Königsberg. Nessa época, termina a chamada fase pré-crítica kantiana, na qual prepondera a filosofia dogmática.

Em sua segunda fase, o autor supera o dogmatismo a partir do abalo experimentado pela leitura de David Hume. Nessa fase, Kant irá escrever “A Crítica da Razão Pura” (1781) e “Crítica da Razão Prática” (1788).

Foi contemporâneo da Independência Americana e da Revolução Francesa, bem como da conquista da Prússia por Napoleão Bonaparte.

Kant foi um homem metódico e de saúde frágil, foi professor de Física, Antropologia, Geografia, Lógica, Metafísica, etc. Além disso, escreveu ensaios sobre história e política.

Morreu aos 80 anos, em Königsberg, no dia 12 de fevereiro de 1804

Contexto histórico e Iluminismo

A obra kantiana surge no cenário Iluminista, movimento intelectual surgido no século XVIII na França, mas que teve como embrião a Revolução Científica propiciada por autores como René Descartes e Isaac Newton e que se desenvolveu amplamente no século seguinte. O Iluminismo defendia o uso da razão (luz) contra o antigo regime (trevas), apoiando também maior liberdade econômica e política. Este movimento promoveu mudanças políticas, econômicas e sociais, baseadas nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, tendo grande apoio da burguesia, pois parte dos pensadores e dos burgueses tinham interesses comuns.

Inserido em uma sociedade amplamente desigual, na qual as classes privilegiadas detinham privilégios e isenções significativas ao custo da exploração da imensa massa populacional, o Iluminismo celeremente ganhou discípulos entre a crescente classe burguesa. No entanto, isso não significa que tenha sido uma escola de pensamento propriamente dita, e muito menos que se refere a um movimento homogêneo.

O fator distinguidor do movimento Iluminista em relação aos outros da época foi, no entanto, o seu comportamento e posição em relação à razão, essencialmente no que se refere ao viés científico, numa linha de pensamento que poderia ser atribuída tanto a filósofos e intelectuais como a matemáticos e físicos. Com o decorrer do tempo aumentou a ideia de que o mesmo procedimento poderia ser usado com êxito em outros setores da vida e da existência humana, levando ao progresso e à felicidade; dessa forma, em pouco tempo a própria política se apoderaria da ideia da razão como a mais profícua para a sociedade como um todo.

De acordo com o Iluminismo, somente a razão, associada ao método científico, seria capaz de proporcionar as verdades fundamentais que seriam a gênese do progresso e do conhecimento. Tendo isso em mente, é simples compreender a atitude de vários autores importantes do movimento iluminista, como por exemplo, Voltaire, Rousseau, Adam Smith, Montesquieu, dentre outros. A disseminação gradativa das ideias iluministas de enaltecimento da razão e da

liberdade, acabou por difundir novos ideais filosóficos liberais focados no indivíduo. Desse modo, não é estranho o ataque destes pensadores aos dogmas religiosos e políticos em geral; assim, o pensamento iluminista se posicionou em oposição às tiranias monárquicas, que eram vistas como usurpadoras dos direitos que, seguramente, pertenciam à população.

Assim sendo, os iluministas achavam lícito a derrubada de governos tirânicos, posicionamento conhecido como doutrina do direito natural, teve como máxima expressão a Guerra de Independência das 13 colônias nos Estados Unidos da América e, na Europa, acabou culminando na Revolução Francesa de 1789, tendo, como decorrência, a promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento que garantia direitos naturais e imprescritíveis do homem, como a propriedade, a segurança e a livre expressão de pensamento.

Dentre as principais críticas empenhadas pelo Iluminismo em oposição ao Antigo Regime podemos destacar a posição Liberalista em contestação ao Mercantilismo; a crítica severa ao Absolutismo monárquico propondo a limitação dos poderes do rei através da proposta de um Conselho ou Constituição; a limitação dos poderes da igreja e as verdades reveladas pela fé em contraposição ao livre pensamento.

As ideias iluministas foram disseminadas de tal forma que vários governantes buscaram estabelecer medidas baseadas em seus ideais para renovar seus respectivos Estados. No entanto, isso ocorria sem a abdicação do poder absoluto por parte dos governantes, estes fazendo parte do despotismo esclarecido, como por exemplo, Frederico II da Prússia, Catarina II da Rússia e o Marquês de Pombal de Portugal.

Dessa forma, podemos afirmar que o Iluminismo defendia o liberalismo/liberdade econômica, ou seja, a não intervenção do Estado na economia; o fim do colonialismo e do absolutismo; a liberdade religiosa; o antropocentrismo, ou seja, o avanço da ciência e da razão; o predomínio da burguesia e de seus ideais nos campos político e social.

Ser crítico com a razão e moral na ação

Como sabemos, Kant é o pensador da modernidade por excelência, foi com ele que toda uma herança de especulação sobre a possibilidade da existência de uma razão pura, de uma Verdade absoluta, apartada da experiência sensível foi rompida, expressa principalmente em sua principal obra Crítica da Razão Pura, de 1781, onde o autor submete a razão em relação às circunstâncias, às contingências, ou seja, as suas limitações no desenvolvimento do conhecimento.

Não é por acaso que a filosofia kantiana é o ápice da secularização do pensamento, Kant é um dos maiores representantes do Iluminismo, que defendia o uso da razão sobre a fé para entender e solucionar os problemas da sociedade que, segundo esses pensadores, ainda estava presa aos conhecimentos dogmáticos herdados da tradição medieval.

Eram várias as esferas de crítica dos iluministas, desde questões filosóficas, sociais, políticas até a religião. Buscavam o conhecimento racional na desconstrução de preconceitos e ideologias religiosas, sendo superadas por ideais de progresso, racionalidade e perfectibilidade humana; criticavam as determinações mercantilistas, o absolutismo desenfreado e os privilégios dados à nobreza e ao clero, ideias que abalavam os alicerces da estrutura política e social absolutista.

À vista disso, Kant coloca toda a antiga tradição filosófica em questão, adotando uma conduta reflexiva no que se refere à substância do pensamento, ou seja, a razão. Haja vista que a reflexão é o próprio pensamento analisado e pensado, é a

epokhé[c] grega, o retiro interno do mundo fenomênico das aparências, para Kant o ato de pensar é intrínseco à própria razão, no entanto, o filósofo questiona sobre as capacidades e limites da razão. Apesar de conceber a razão pelo prisma iluminista, Kant se mantinha precavido em relação à esperança exacerbada na capacidade das luzes para libertar o espírito humano, frisando sempre o fato de que nunca devemos isentar a razão de "uma crítica precedente da sua própria capacidade" (KANT, 1993, p.22), sendo fundamental para o homem poder empreender essa crítica com a própria razão, a autonomia de expressão e ação.

Em Kant há dois movimentos do espírito que englobam a ideia de razão, um é o exame sobre os limites, possibilidades e condições do conhecimento, o outro, é a moral, que está relacionada com as ações do indivíduo, ou seja, aquela refere-se à razão prática, e esta, à razão crítica. No que se refere à razão prática, para Kant é fundamental a questão da liberdade, fato que está na essência da ética kantiana. O indivíduo que age moralmente se sujeita às determinações da razão, através do cumprimento dos direitos, que finda na responsabilidade de todo ser racional de conduzir-se como se fosse legislador e submisso da sua vontade, conforme os princípios de uma lei universal da natureza, ou seja, o imperativo categórico kantiano[d].

Dessa forma, como ser dotado de vontade, o ser humano racionalmente esclarecido, serve-se de sua própria razão no decorrer de sua conduta. O ser humano esclarecido é aquele que desempenha seu caminho independente, que usa de seu entendimento sem a direção de outrem, ou seja, trata-se de um indivíduo maduro intelectualmente, que saiu da chamada menoridade. Segundo Kant, é impossível para o indivíduo empreender tal tarefa sozinho, assim sendo, o ser humano precisa da educação, vista pelo autor como a diligência de uma geração com a outra tendo em vista a sua própria conservação e progresso.

No entanto, não pensemos que a menoridade seja algo relacionado com idade cronológica, o conceito é muito mais amplo do que isso. Menoridade seria, grosso modo, o indivíduo que não sabe fazer uso de sua razão, que não se vale do próprio entendimento sem necessitar de uma tutela alheia, ou seja, seria o estado humano de incapacidade de fazer uso de seu conhecimento sem a direção de outro indivíduo, onde o próprio sujeito é o responsável por essa situação, sendo a preguiça e a covardia as maiores culpadas desse acontecimento na vida do ser humano, pois é tão cômodo ser menor. [...] Não tenho necessidade de pensar, quando posso simplesmente pagar; outros se

[c] Em última instância, *epoché* (*εποχη)* significa "colocar entre parênteses", ou seja, nem aceitar nem repudiar um determinado juízo, opõe-se a atitude dogmática, que aceita um determinado juízo como verdadeiro.
Em linhas gerais, existe a *epoché* cética e a fenomenológica, aquela se refere à suspensão do juízo, tendo em vista a imperturbabilidade, bem como o fato de que não temos como escolher um juízo, haja vista as várias limitações do homem; já a fenomenológica é a contemplação desinteressada, ela não coloca em dúvida a existência, como no caso dos céticos gregos.

[d]Tema extremamente complexo e amplo que não será tratado no presente trabalho devido a proposta de análise aqui expressa que é tratar da educação em Kant, porém, de modo sucinto, podemos entender o imperativo categórico kantiano como o conceito central de sua deontologia, ou seja, o aspecto moral da Filosofia que versa sobre os deveres. Kant tinha em vista estabelecer uma maneira de equacionar os impulsos para a ação humana em qualquer momento da vida, ou seja, um imperativo seria um axioma que assegura uma ação estabelecida como necessária, a partir desse conceito Kant separa os imperativos em duas instâncias, a saber, os imperativos categóricos e hipotéticos.
As máximas que poderiam servir de leis universais, que poderiam auxiliar o homem a agir de maneira adequada, seriam os imperativos categóricos, que não poderiam ser desobedecidos em nenhuma circunstância, sendo, portanto, fins em si mesmos. Já os imperativos hipotéticos teriam execução quando quiséssemos alcançar um determinado fim, como por exemplo, se desejamos adquirir conhecimento, é imperativo que aprendamos, que nos instruamos. O imperativo hipotético está vinculado ao seu fim, ou ao desígnio, perseguido pelo indivíduo que age, auxiliando na hora da escolha do melhor caminho a se chegar no fim determinado, sendo, portanto, optativo e subordinado aos nossos interesses.

encarregarão em meu lugar dos negócios desagradáveis (KANT, 2005. p. 64).

O indivíduo saído da menoridade é emancipado, racional e autônomo, colocando para si mesmo o que ele é e, por conseguinte, o que deve estabelecer e conhecer para ser, de fato, aquilo que deve ser, ou seja, ser verdadeiramente o que em potência ele já é. Segundo Kant, a preguiça e a fraqueza de espírito que são cada vez mais comuns são os principais elementos que mantém o indivíduo nesse estado de menoridade, fatos que são cada vez mais comuns, inclusive nos nossos dias, em que temos torrentes de informações mas em sua maioria tão supérfluas, agilidade extrema com o avanço da tecnologia mas que tem também corroborado para uma juventude que se perde em meio a *internet*, isso nos mostra o quanto Kant é atual e o quanto suas reflexões são importantes para o educador do século XXI.

As religiões, as ideologias, as mídias, seriam os grandes tutores da sociedade, meios empobrecidos de conhecimento profundo que mantém o indivíduo preso somente naquilo que lhe é mostrado, não expandindo seus horizontes intelectuais e racionais, limitando o homem, portanto, em moldes ditatoriais de pensamento, como por exemplo, a estética, a economia, a religião e a cultura, cerceando sua perspectiva de mundo, designando-lhe convenções e padrões que só o encarceram cada vez mais e mais. No entanto, vale salientar que, para Kant, são poucos os sujeitos que conseguem se livrar desses cárceres do pensamento, a menoridade torna-se uma dependência de difícil restituição.

Mas, como fazer para sair dessa situação? Por meio da razão, do intelecto, que não pede nada além de liberdade, é somente através do uso da razão, que sucede da liberdade é que o indivíduo pode alcançar a ilustração, o esclarecimento tão apregoado pelo Iluminismo, liberdade que está atrelada ao conceito de liberdade jurídica, que é a faculdade do indivíduo acatar leis externas que ele mesmo deu sanção.

O homem da razão, iluminado, seria um destaque em meio a Natureza pois, sendo superior, teria a capacidade de dominá-la e não se sujeitar aos mandos e desmandos instintivos, seria o homem moral por excelência, livre, que pensa por si próprio, que caminha com os próprios pés, com a mente iluminada pela razão, homem que transformaria suas potências em atos, sem ser conduzido por nada alheio a si próprio.

Quando pensamos sobre as dificuldades de se implementar essa ideia Kantiana, observamos que os obstáculos são vários, desde a massificação dos meios de comunicação, até a preguiça generalizada de informações superficiais publicadas na internet até chegarmos ao total sucateamento e mercantilização do ensino. A mídia tem o poder desde eleger um candidato à presidência, prescrever padrões de comportamento e até mesmo a dissolução de valores fundamentais à vida em sociedade, dessa forma, estamos mais do que nunca vivendo um período de menoridade generalizada, do homem sacrificado pelos sistemas, porém, como professores, nunca podemos nos render, não podemos abdicar do esclarecimento, que é um direito inviolável da humanidade.

Sobre a pedagogia: o sujeito moral como essência da educação

Como vimos, em Kant há a supremacia da razão, no entanto, até mesmo a capacidade máxima humana deve passar por processos de autocrítica e análise, passando também pela esfera da ação moral que, por conseguinte, forma-se através da educação.

Segundo Kant, “o homem é a única criatura que precisa ser educada” (KANT, 2002, p.18), distinguindo o homem dos animais que já nascem “prontos”; assim sendo, urge a necessidade da disciplina e da formação como exigências fundamentais para a instrução do aluno. A disciplina

domina a selvageria que é a desobrigação diante das leis, é a submissão do homem às leis da humanidade, transformando a animalidade em humanidade, sendo, portanto, fator fundamental para a criança aprender a se conter; já a instrução é a exigência para a experiência da formação moral que foi instruída, pois, conforme Kant, o ser humano não é moral por natureza, mas sim, torna-se moral e desenvolve-se somente através da educação, sendo um processo de saída do estado de natureza para o do esclarecimento, onde a razão reina. Por conseguinte, a educação se guiaria por dois eixos, a saber, a disciplina, que regulamenta a conduta humana e a instrução, erudição ou o conhecimento.

Todavia, o fato de o homem não ser já formado e completo desde o nascimento não significa ser inacabado e malfeito; muito pelo contrário, é indicativo de sua distinção e da expressividade de sua razão. Se por um lado a natureza fez o homem numa situação de incompletude, concedeu, por outro, a imposição de que ele progredisse, evoluísse. Ora, esse fato manifesta de que forma grandiosa o homem é merecedor de respeito e consideração, pois é capaz, por si próprio, de alcançar o seu fim último, sem a necessidade de ser estabelecido desde o seu nascimento pelos impulsos da natureza.

Dessa forma, a educação moral refere-se ao estabelecimento do caráter do aluno para que possa ser um indivíduo autônomo entre outros similarmente autônomos, como parte integrante da sociedade humana. É por conta disso que em Kant a autossuficiência da vontade tem como fundamento a liberdade como base primordial da moral, haja vista que apenas ele é livre e, portanto, provido de vontade – a vontade é razão prática, pois ela é a executora de toda ação moral, é através dela que o homem se distingue das determinações da natureza ou do instinto, dessa forma, o homem demonstra a sua liberdade ao distanciar-se das imposições instintivas da natureza.

O sujeito moral que Kant pensa em formar é o agente livre. Ele saberia selecionar seus valores, que, por sua vez, seriam racionalmente superiores, bem como buscaria para a sua vida um modo autônomo, emancipado, ou seja, um indivíduo moral e livre, racional e compromissado com a coletividade, que não pensasse somente em si, mas que tivesse em seu horizonte o bem-estar também do coletivo, ou seja, da sociedade humana.

Voltando à questão educativa, segundo Kant o homem não se humaniza de outra forma que não seja através da educação, haja vista que ele é aquilo que a educação faz dele. Pelo fato de não se encontrar apartado da comunidade humana, o homem só pode ser educado por outros semelhantes que, por seu turno, foram educados por outros homens. De acordo com a ideia de progresso que era comum no período de Kant, o autor sustenta o princípio de que a educação, com o decorrer das gerações, vai se tornando cada vez melhor e mais aprimorada, haja vista que as gerações vão também sucessivamente em direção ao aprimoramento da humanidade como um todo.

Deste modo, a chave do progresso humano está na educação, pois é somente através dela que o indivíduo se humaniza, se desenvolve e, por conseguinte, toda a sociedade, abrindo, desta forma, o caminho para a felicidade do ser humano sobre a Terra, ou seja, a educação seria um momento inicial no processo de progresso do ser humano como um todo, indo além de um projeto antropológico-pragmático, mas também, um projeto de homem antropológico-transcendental.

Conforme a visão iluminista de mundo que, grosso modo, defende a ideia de progresso da humanidade, Kant pondera que o educador não deve formar a criança segundo o estado atual da sociedade, mas sim, com vistas num futuro e num mundo

melhor, para que a humanidade cumpra sua destinação completa. A questão educacional em Kant é tão fundamental que, segundo ele, a razão do mal está fundamentada em não domesticar o instinto selvagem no ser, ou seja, em não subjugar os instintos primitivos às regras e ao dever. Dessa forma, percebemos que a moral kantiana sobrepõe a razão em contraposição aos instintos naturais, assim sendo, a razão deve dominar a natureza.

Para Kant, a educação é um processo contínuo de progresso e de libertação do homem da menoridade. Esta sendo nefasta, pois afasta o homem de sua própria condição de humanidade. Dessa forma, é importante habituar a criança desde a mais tenra idade à disciplina – coação necessária - eliminando da criança a liberdade selvagem e não a liberdade moral (liberdade como lei autônoma colocada pelo próprio indivíduo como ser moralmente desenvolvido e livre), a educação, portanto, opõe-se à brutalidade e à selvageria. A educação assegura a passagem da esfera dos instintos para o da cultura, da animalidade à humanidade, do impulso à ponderação, haja vista que ela traz à tona a divisão interna do homem, que é um ser de desejos e, ao mesmo tempo, racional, um ser que precisa passar pelo processo educativo, começando no indivíduo, mas tendo em vista a humanidade como um todo, pois somente a educação proporciona o pleno desenvolvimento do homem e da humanidade.

O homem, diferentemente dos animais, não nasce formado, ele necessita ser educado porque é dotado de razão, dessa forma, o ser humano adquire a sua humanidade através da educação tendo seu fim último a perfeição moral, ou seja, o homem moral é o ideal a ser seguido no processo educativo para ser alcançada, por fim, uma sociedade justa e, para isso, são necessários cidadãos justos, ou seja, morais, por conseguinte, a moral é o princípio norteador da educação kantiana.

Outro aspecto fundamental para Kant é a disciplina, que é parte indispensável no processo educativo, pois ela orienta as tendências e os desejos do lado selvagem do ser humano. A disciplina e a coação são, portanto, elementos estruturais, pois daí é que viria a autonomia, fazendo o homem superar a dualidade Natureza x Liberdade – Sensível x Inteligível[e]. Ou seja, há no ser humano uma dicotomia, seus instintos e condição animal contra outro lado que é intelectual e racional, com aspirações profundas, e é a perfeição ou estética que dirige o homem à união desses âmbitos, ou seja, do sensível e do inteligível. Assim sendo, a educação encaminharia o homem em direção ao seu fim último – que é a ideia de perfeição moral, dessa forma, o homem moral é o ideal a ser seguido no processo educativo.

À vista disso, a educação moral é um importante fator no pensamento de Kant, uma vez que, convém ao ser humano fazer sempre escolhas ponderadas, ou seja, aquelas que seriam aprovadas por todos, escolhas feitas com razoabilidade, sabedoria e ética, o que, em última instância, faz com que o homem exerça sua razão rumo ao bem, fim máximo da liberdade. A educação, portanto, é a mais humana das ações, que é a de ensinar as crianças a pensar, não se resumindo somente em treinamentos vazios, mas sim, em iluminar o pensamento dos alunos com a razão que, consequentemente, leva até as leis da moralidade, a repugnar atitudes viciosas e mau-caratismo não por medo de Deus, como fazem os religiosos, mas porque são atitudes abomináveis em si próprias. Dessa forma, podemos perceber que Kant afasta a questão moral da religião, ou seja, há na moral um processo de laicização, sendo ela pensada pelo viés

[e] De modo sucinto, o ser humano conteria em si, segundo Kant, dois aspectos em sua conjuntura, o sensível/fenomênico e o inteligível/numêmico. O âmbito sensível seria imediato e intuitivo, só conhece o que se refere aos fenômenos (*phainesthai, phainomenon*) isto é, o modo como as coisas se apresentam. Já o inteligível diz respeito aos conceitos, ao intelecto e ao pensamento.

racional ao contrário do teológico, aspecto fortemente kantiano, ou seja, a promulgação da razão como princípio coordenador da norma política, social e ética fundamentada na independência do indivíduo provido de vontade.

O cumprimento dessa nova visão de mundo é serviço da educação, ela é que determinará os fundamentos da Aufklärung, ou seja, que estimulará a emancipação do indivíduo da escuridão da incivilidade, da ignorância, libertando-o de toda espécie de superstição, tornando-se, portanto, um indivíduo incumbido pela sua autonomia intelectual, pelo seu abandono da menoridade.

A educação idealizada por Kant diferencia a formação moral da física. A formação física ocupa-se com questões da natureza; já a educação moral tange o que diz respeito ao espírito e à intelectualidade humana, como por exemplo, a questão da moralização do indivíduo em suas ações, a questão da liberdade, da erudição e da cultura; assim, essas duas esferas se complementariam na formação da criança, não dando evidência a mais nem para uma nem para a outra, pois ambos aspectos são fundamentais na constituição do indivíduo autônomo e perfeitamente formado.

Kant também diferencia o entendimento do juízo, bem como cultura particular com a geral. O entendimento é a compreensão do universal; assim sendo, o juízo é o emprego do universal ao particular, e a razão é a capacidade de distinguir a correlação entre o universal e o particular. Todo esse processo educativo deveria acontecer na mais tenra infância, haja vista a importância de se acostumar a criança com as normas e regras desde muito jovem, até a juventude onde o aluno terminaria a sua educação formal. A cultura geral do caráter refere-se à capacidade e ao aprimoramento de modo a fortalecer-lhe a índole e o caráter.

Outro ponto importante a ser destacado da educação pensada por Kant é que a educação física é passiva com relação ao aluno, já a educação moral é ativa. Dessa forma, é imprescindível que o aluno sempre observe os princípios e implicações dos seus atos partindo do dever da razão. Segundo Kant, tanto o princípio subjetivo do querer como o princípio objetivo da lei prática[f] deve ser consequente da própria razão. Para Kant, a educação não deve ser totalmente baseada pela perspectiva lúdica, apesar de ser contra uma educação que trata a criança como um adulto, a educação deve ser imperativa, mas sem ser opressora. Dessa forma, os alunos devem ser capacitados somente em assuntos pertinentes a sua idade.

Fator imprescindível na educação kantiana é ensinar as crianças com vistas ao futuro, e não somente ao presente, em sua vida particular; ou seja, é cativar desde muito cedo no espírito do aluno o compromisso com o outro, com a sociedade e não somente consigo mesmo. Neste ponto, Kant critica a educação dada aos príncipes por seus pais, que se preocupam somente com seus interesses particulares ao invés dos gerais; Kant sabiamente assevera que o bem geral implica o particular, mas o particular prejudica o geral, dessa forma, o caminho seria do homem à humanidade, da natureza à liberdade, tendo como foco uma sociedade moral, constituída por cidadãos morais.

As pessoas particulares, segundo Kant, devem em primeiro lugar estar alertas à finalidade da natureza, mas devem, acima de tudo, cuidar do desenvolvimento da humanidade como um todo harmônico e perfeito, fazendo com que ela seja não apenas hábil, mas, principalmente, ainda mais moral, desvelando-se em conduzir a posteridade a um grau ainda mais elevado que foi encontrado anteriormente, temos aqui a ideia do constante progresso, tão cara ao pensamento iluminista.

[f] Kant, *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 1988

O professor, segundo Kant, deve ter o compromisso de desenvolver nos alunos, por intermédio da cultura moral, o entendimento daquilo que é bom ou mau, não desferindo corretivos rigorosos demais, haja vista que a moralidade é uma coisa tão extraordinária e excelsa que não se deve colocá-la no mesmo patamar que a disciplina. Uma das primeiras atitudes no processo de formação da moral no aluno constitui em apresentar as bases da formação do caráter com finalidade de instigar a prática de proceder conforme certas máximas. Essas máximas são, primeiramente, as do lar e as da escola e, posteriormente, as da humanidade como um todo. A princípio, a criança submeter-se-ia às regras externas e somente quando as absorvesse em si, consentindo-as como se fossem suas, daí por diante é que o indivíduo tornar-se-ia um ser verdadeiramente moral.

As máximas seriam também leis, porém, leis subjetivas que advém do progresso humano de desenvolvimento e evolução da mentalidade. Não é preciso, consequentemente, produzir na criança um temperamento adulto, mas, sim, o de uma criança que gradualmente adquire a sua autossuficiência intelectual, exigência fundamental para uma vida adulta independente em conformidade com a liberdade de todos os indivíduos da sociedade. O desenvolvimento do caráter moral exige algumas precauções, como por exemplo, educar-se o aluno através de exemplos e referências e com normas nítidas, bem como as obrigações a executar consigo próprias como forma de aperfeiçoar e manter sua hombridade interna que faz de si e, por conseguinte de todos os seres humanos, o mais ilustre entre todos os seres viventes.

É neste caminho que Kant designa a modéstia e a parcimônia como fundamentos das obrigações para consigo próprio, ao postular que o dever primordial de cada indivíduo significa em não menosprezar em si a compostura da natureza humana. Em contrapartida, porém no mesmo nexo, os deveres com os outros indivíduos têm relação aos direitos humanos. Dessa forma, precisam ser explicados e expostos para as crianças desde a mais tenra idade, como o respeito e a dedicação a esses direitos, buscando, com afinco, aplicá-los na vida prática.

Ou seja, esses dois aspectos não se encontram desassociados, afinal o dever consigo próprio tem somente uma só finalidade, que a criança mantenha a excelência humana em si própria e a considera na identidade do outro. O ser humano, quando se depara com o conceito de Humanidade, torna-se analítico consigo mesmo, e nesse conceito ele descobre um paradigma com o qual se confronta a si próprio como exigência para formar o seu caráter, a sua índole e sua pessoalidade.

Considerações finais

Concluímos, portanto, que Kant mantém a ideia de que a criança e o jovem precisam ser trazidos a simpatizar com as noções da própria razão, e não com noções e conceitos de outros. Focar-se no procedimento ou no vigor de outros pode produzir-lhes a inveja; e a modéstia é a tranquilidade do próprio valor com a perfeição da moralidade. Se o indivíduo humano não é moral por natureza, ele converte-se em ser moral quando soergue sua racionalidade, sua razão às concepções da lei e do dever. De fato, o ser humano carrega em si aptidões naturais para o bem como para o mal, afinal tem predisposições e instintos que o levam tanto para um lado como para o outro, dessa forma, deve-se conduzi-lo no sentido certo.

Assim, será moralmente bom em razão da rigidez racional efetuada sobre si próprio. A educação moral, por conseguinte, precisa condicionar as crianças e os jovens a levarem em conta uma atitude como preciosa não pelo fato de ela se ajustar às suas preferências, mas que, através delas, cumpram com os seus preceitos.

Por ensinar que os valores do espírito são mais valorosos que os materiais, Kant recomenda a encaminhar os jovens no rumo de não dar tanta importância aos gozos e deleites vazios da vida. Os alunos devem ter consciência da efemeridade da vida, e assim, perderão o medo da morte, pois compreenderão a brevidade dos bens materiais e tudo aquilo que diz respeito ao humano como um todo. Por conseguinte, é necessário exprimir aos jovens que a alegria não deixa conquistar aquilo que a idealização e a fantasia prometem. Para isso, é categórico encaminhá-los sobre a magnitude de todos os dias, ponderarem sobre suas atitudes, não obstante, apenas assim, conseguirão fazer uma avaliação da importância, do sentido da vida, da realidade e da existência.

A educação moral kantiana tem como característica máxima a prática da boa vontade, manifestada no acato ao dever ou à lei moral, visto que, de acordo com as palavras do filósofo, de todas as coisas que são capazes de imaginar neste mundo e até mesmo em outro, a que não tem limites em virtude é a boa vontade. Outras aptidões do espírito humano, como, por exemplo, a perseverança, a coragem e a resolução, são ações excelentes e atraentes, no entanto, podem converter-se em ações imensamente más e nocivas se a vontade não for boa, haja vista que a boa vontade não é boa por causa daquilo que ela proporciona ou efetua, mas exclusivamente pelo querer.

Dessa forma, segundo Kant, o aluno deve ser guiado a descobrir-se como indivíduo autossuficiente, que tem vontade, soerguendo-se, pois, moralmente no momento em que se livra da ignorância e da inabilidade de pensar por si mesmo. No entanto, esse ponto de vista não significa que o filósofo tem como fundamento uma filosofia subjetivista, haja vista que o imperativo categórico, amplamente demonstrado na observância à lei moral que é suprema expressão da vontade, inferida a priori, liga o objetivo com o subjetivo, o coletivo e o pessoal, através da constante atividade crítica da razão prática.

Na formação desse sujeito moral há a necessidade de domar a selvageria dos instintos através da disciplina, que, segundo Kant, seria a parte negativa no processo educativo; o tornar-se culto ou instruído, que seria a parte positiva da educação; tornar- se prudente, algo que conferia ao cidadão valor público e, por fim, tornar-se moral, quando o indivíduo já está maduro e carrega consigo um valor que diz respeito à espécie humana como um todo.

Por fim, a educação tem por meta afastar o homem de seu estado de natureza, da selvageria dos instintos para ir em direção a um estado de civilização. Sair da selvageria é ir rumo à constituição de uma sociedade de nações; educação para se garantir o progresso, a evolução, a civilização; o progresso é a saída do estado de natureza e da menoridade que se constitui somente através da educação, pois só ela desenvolve o homem.

Instigar a competência de raciocínio crítico no aluno nada mais é que fomentar o alicerce para o esclarecimento, para a iluminação da razão *(Aufklärung)*, incumbência especial e fundamental da educação. Por fim, outro ponto fundamental na pedagogia kantiana é que, mesmo ela sendo fiel aos ideais iluministas, para Kant, a razão nunca deve excluir de uma profunda crítica de sua própria capacidade.

Em linhas gerais, Kant enxerga na educação – mais precisamente na educação prática – um salvo-conduto para a excelência da humanidade como um todo. As gerações se aprimorariam mais que a anterior objetivando um ideal de plenitude, que, conforme Kant, está somente no âmbito das ideias, mas que, no entanto, impeliria os indivíduos para que progressivamente procurassem alcança-lo.

Sua pedagogia é consonante com o ideário iluminista, pois retrata a esperança da transformação da sociedade através da educação. Com o objetivo de se alcançar uma pretensa perfeição humana baseado na

educação elaborou-se a expressão "educação de qualidade", que vem desse ideário e que foi amplamente expandido e pensado através de pesquisas científicas e filosóficas por autores como Montessori, Vigotsky, Piaget, Pestalozzi, dentre tantos outros. Não obstante, é significativo salientar que a pedagogia kantiana, assim como sua filosofia, provém da premissa da universalidade dos seres humanos, muitas vezes sem levar em conta certas especificidades, como por exemplo, de contexto, em que se desenvolve sua moralidade. Essa questão, deveras obstaculiza sua realização na prática, haja vista que a educação é processo repleto de particularidades.

Bibliografia e Referências:

BINETTI, Saffo Testoni. "Iluminismo". In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco (orgs.) *Dicionário de Política*, Volume 1. Brasília: Editora UnB, 1998.

KANT, I. *Sobre a pedagogia*. 3ª edição, Piracicaba: Editora da Unimep, 2002.

_____, Resposta à pergunta: que é o iluminismo? In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995

_____, *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?* Textos Seletos. Tradução Floriano de Sousa Fernandes. 3ªed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. 2005.

_____, *Crítica da razão pura*. Petrópolis: Editora Vozes Bragança Paulista: Editora Universitária, 2012

_____, *Crítica da razão prática*. São Paulo: Ícone, 2005

_____, *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições70, 1988.

_____, *O conflito das faculdades*. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____, *Que significa orientar-se no pensamento?* In: A paz perpétua e outros opúsculos. Lisboa: Edições 70, 1992.

_____, Acerca da forma e dos princípios do mundo sensível e inteligível. In: SANTOS, L. R. dos.; MARQUES, A. *Dissertação de 1770 seguida de Carta a Marcus Herz*. 2. ed. Lisboa: Casa da Moeda, 2004.

PINHEIRO, Celso de Moraes. *Kant e a educação: reflexões filosóficas*. Rio Grande do Sul: Educs, 2007.

SCHNEEWIND, J. B. *A invenção da autonomia*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1998.